

FITOTERAPIA NO SUS

FIGUEREDO¹, Climério A;
GOUVEIA², Iasmin C.;
OLIVEIRA³, Anna Karoline M.
Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas
Centro de Ciências da Saúde
PROBEX

RESUMO

Em 2006, foram criadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), que inclui a Fitoterapia, e a Política Nacional de Plantas Medicinais e de Fitoterápicos (PNPMF). A criação destas políticas colocou para os municípios a necessidade de fazer a sua implementação. Embora seja um tipo de tratamento amplamente usado pela população, a sua implementação nos serviços de saúde encontra algumas dificuldades. Uma delas é a falta de conhecimento por parte dos profissionais de saúde a respeito do correto uso das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos. Neste contexto, o projeto Fitoterapia no SUS objetiva capacitar os profissionais de saúde que trabalham nas Unidades de Saúde da Família (USF), bem como os usuários para o uso racional das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos. A metodologia proposta foi a realização de palestras, cursos, oficinas, conversas informais, feiras de saúde, organização de canteiros de plantas medicinais, produção de material educativo e informativo sobre a Fitoterapia voltados para trabalhadores e clientes da Estratégia Saúde da Família (ESF). Embora o projeto ainda esteja em andamento, pode-se afirmar que atividades com plantas medicinais despertam muito interesse nos profissionais de saúde e nos usuários e que os conhecimentos repassados nestas atividades em muito contribuí para o incremento do uso de plantas medicinais e para que este uso seja feito de forma correta e racional.

PALAVRAS-CHAVE

Fitoterapia, Plantas medicinais, Saúde da família.

¹ UFPB, professor orientador, climerioaf@bol.com.br.

² UFPB, discente colaborador, mincavalcante@yahoo.com.br.

³ UFPB, discente bolsista, a.karolineoliveira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As plantas medicinais são largamente utilizadas no tratamento das enfermidades humanas. Até as primeiras décadas do século passado, a Fitoterapia foi a terapêutica hegemônica no Brasil, mas, paulatinamente, foi perdendo esta posição. Este declínio foi mais acentuado a partir dos anos 40, indo até a década de 70, período este que corresponde à consolidação de um modelo assistencial que teve como marca a rápida incorporação dos produtos do desenvolvimento tecnológico, como os medicamentos sintéticos, os equipamentos para exames e diagnósticos levando à expansão do setor privado, financiado por recursos públicos (FIGUEREDO, 2010).

A partir da década de 60, importantes atores sociais começaram a questionar a eficácia e a eficiência do uso intensivo de medicamentos. A medicalização da população não surtiu os efeitos esperados e provocou danos à saúde devido à iatrogenia (ILLICH, 1975). Sua eficácia não foi suficiente para vencer as doenças já que estas são o resultado de múltiplos fatores. Além disto, o medicamento sintético tem custos elevados, tornando-o inacessível para uma grande parcela da população.

A retomada da Fitoterapia nos últimos tempos ocorreu devido a uma série de fatores, como: os estudos científicos que comprovam a sua eficácia, segurança e efetividade, incorporando esta prática de cura eminentemente popular ao modelo biomédico; a credibilidade da população nesta terapêutica; a tradição cultural do uso de plantas medicinais; a facilidade de preparação dos remédios à base de plantas e o fato delas poderem ser cultivadas em locais próximos às residências, facilitando o acesso a elas (FIGUEREDO, 2010).

Pelo princípio da integralidade, o Sistema Único de Saúde (SUS) garante ao indivíduo os cuidados necessários nos aspectos preventivos e curativos e, respeitando sua autonomia, reconhece o direito dele optar por formas diferentes de tratamento, desde que isto não lhe traga danos. Por este entendimento, a Fitoterapia passa a ser considerada como uma terapêutica importante, que deve ser inserida no ensino da graduação, ser objeto de pesquisas nas universidades e ser usada nos serviços de saúde (BRASIL, 2006b).

No ano de 2006, foram criadas a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS e a Política Nacional de Plantas Medicinais e de

Fitoterápicos (PNPMF). A PNPMF tem 17 diretrizes que norteiam os diversos aspectos da implementação da Fitoterapia no SUS (BRASIL, 2006a).

A PNPIC e a (PNPMF) e o conjunto de normas e recomendações oriundas do aparelho estatal configuram uma política de âmbito nacional que, para sua implantação, necessita que os entes federados, estados e municípios, façam, na prática, a implementação, nos serviços de saúde, do atendimento com a Fitoterapia o que implica uma série de outras medidas, como a capacitação dos profissionais de saúde, disponibilização para os usuários de plantas medicinais e fitoterápicos, entre outras.

Para o adequado uso da Fitoterapia a PNPIC preconiza que os profissionais de saúde tenham conhecimentos suficientes para a correta prescrição e para o apropriado manuseio do uso por indicação do próprio paciente. Para isto propõe que nos cursos de graduação da área da saúde haja o ensino da Fitoterapia (BRASIL, 2006b). Na UFPB, este ensino existe desde o ano de 1994. Como resultado disto, espera-se que muitos dos profissionais que atuam nos serviços de saúde da Paraíba tenham conhecimento desta prática terapêutica.

Em sendo a ESF uma importante estratégia para a universalização do atendimento e para que este seja feito dentro do princípio da integralidade e com conhecimento da realidade da clientela ligada a Unidade de Saúde da Família, espera-se que a equipe da ESF leve em conta o uso da Fitoterapia por parte de sua clientela.

Tendo em vista a compreensão acima exposta, o projeto Fitoterapia no SUS se propõe a capacitar profissionais e usuários do SUS para o uso da Fitoterapia realizando diversas atividades, algo que será de grande importância não apenas para os profissionais da rede e para os usuários, mas também para os alunos que participarão do

2. RESULTADO E DISCUSSÃO

O projeto prevê diversas atividades nas USF como palestras, cursos, oficinas, feiras de saúde, implantação de canteiros, visitas domiciliares etc. Como o projeto ainda está em andamento nem todas as atividades foram desenvolvidas. Diversas dificuldades têm atrapalhado o bom andamento do projeto como a escassez de horários livres dos membros da equipe de execução, principalmente dos alunos, falta de coincidência dos horários livres dos membros da equipe, dificuldade de encaixar as atividades do projeto nas atividades das USF e desinteresse de alguns profissionais das USF e dos gestores.

Estes problemas fazem com que seja muito difícil encontrar horários para a realização das atividades. No entanto, há muitos profissionais de saúde e usuários da ESF interessados em adquirir e aprimorar os conhecimentos em plantas medicinais e em usar a Fitoterapia no dia a dia.

Como é sabido, as plantas medicinais são largamente utilizada pela população para o tratamento das doenças mais comuns. E a facilidade do acesso à planta faz com que ela seja a opção de tratamento das doenças quando não se consegue o acesso ao profissional de saúde. Nas atividades do projeto, há uma percepção deste nível de interesse por parte da população. Esta é detentora de grande conhecimento a respeito das plantas medicinais, mas o seu conhecimento precisa ser aprimorado visto que é comum uso inapropriado das plantas medicinais principalmente em relação à forma de preparação e uso “remédios caseiros” à base de plantas medicinais. Também é muito comum o desconhecimento da população a respeito de outras indicações terapêuticas além das indicações para as quais utiliza as plantas medicinais.

O projeto tem permitido uma rica troca de conhecimentos entre a academia e a população. A Fitoterapia é uma área do conhecimento onde é significativa a contribuição do conhecimento popular. Portanto, a interação entre o conhecimento científico e o conhecimento popular é salutar e leva ao empoderamento da população.

Outra constatação do projeto é a respeito da necessidade da capacitação dos profissionais de saúde no uso das plantas medicinais. Apesar de a introdução do ensino nos cursos de graduação ser uma recomendação da PNPIC ainda é muito pequeno o número de universidades que têm o ensino da Fitoterapia incluída nos currículos. Devido a isto, é muito frequente encontrar profissionais de saúde interessados neste tipo de tratamento, mas que não o utiliza por não ter o conhecimento suficiente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Fitoterapia é uma prática de cura milenar e foi, durante muito, tempo utilizada com base no conhecimento popular. No entanto, nos últimos anos, estudos científicos têm comprovado sua eficácia e sua segurança. Portanto, seu uso deve ser incrementado nos serviços de saúde do SUS. Isto ocorrendo, haveria muitas vantagens, como: possibilitar aos profissionais de saúde outra forma de tratamento; os custos financeiros são menores; menor potencial de provocar efeitos adversos; facilidade de acesso; inserção cultural da Fitoterapia nos usos e costumes da população; garante ao usuário o

seu direito de escolha do tratamento preferido; facilita a participação popular no SUS, resgata o conhecimento popular; constitui uma fonte de emprego e renda.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006b.

FIGUEREDO, C. A. **Fitoterapia** (Texto didático). João Pessoa: NEPHF, 2010.

ILLICH, I. **A Expropriação da Saúde**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.